
**O PAPEL DO ENFERMEIRO NO USO DA FITOTERAPIA COMO PRÁTICA
COMPLEMENTAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE (APS):
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Amanda Tais do Nascimento¹
Eduardo Koura Veroneze²
Leia Pereira³
Claudia Denise Garcia⁴
Joseli Aparecida Caldi Gomes⁵
Diego Lima Petenuci⁶

RESUMO

A fitoterapia é definida como o manejo de plantas ou a extração de suas substâncias para fins terapêuticos a fim de melhorar o quadro clínico do cliente. Dentro da atenção primária em saúde (APS) o enfermeiro pode usar a prática com plantas medicinais para agregar ao atendimento oferecido. Este estudo teve por objetivo realizar um levantamento da literatura científica a respeito das características que incluem o papel do enfermeiro no uso da fitoterapia como prática complementar na atenção primária. A metodologia foi caracterizada por pesquisas nas bases de dados Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF), Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE) e Google Acadêmico no período de 2012-2019. Nas bases de dados LILACS, MEDLINE e BDENF, foram identificados 36 estudos que apresentaram ao menos um dos descritores, língua portuguesa, disponibilidade do resumo e texto completo on-line. Desses foram excluídos os trabalhos que divergiam do objetivo e que se repetiam, sendo selecionados dois estudos. Na base de dados do Google Acadêmico, foram selecionados 13 estudos. Os critérios de exclusão foram os artigos repetidos e os não relacionados ao tema, onde 11 artigos atenderam à temática. Destacaram-se neste estudo as dificuldades e ações vivenciadas pelo profissional enfermeiro, que vão desde questões de planejamento, que impacta diretamente no cuidado ao paciente, até a educação da população sobre o uso correto dos fitoterápicos e, ressalta-se a vulnerabilidade do conhecimento científico pelo profissional com necessidade de incentivo ao interesse e consolidação de informações prestadas para a especialidade.

11

Palavras-chave: Fitoterapia. Enfermagem. Plantas medicinais. Atenção Primária à Saúde.

¹ Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Filadélfia - UniFil. Endereço eletrônico: amanda.tais@hotmail.com

² Graduando do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Filadélfia - UniFil. Endereço eletrônico: eduardo_kv@hotmail.com

³ Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Filadélfia – UniFil. Endereço eletrônico: leiaheivit@gmail.com

⁴ Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Filadélfia – UniFil. Endereço eletrônico: dscs.ams@gmail.com

⁵ Enfermeira docente do curso de Enfermagem do Centro Universitário Filadélfia - UniFil

⁶ Orientador: Professor Me. Diego Lima Petenuci do curso de Farmácia do Centro Universitário Filadélfia - UniFil. Endereço eletrônico: diego.petenuci@unifil.br

ABSTRACT

Phytotherapy is defined as plant management or chemical extraction for therapeutic fins to improve the client's clinical condition. Within primary health care (PHC) or the nurse can use a practice with medicinal plants to add to the care offered. This study aimed to conduct a survey of the scientific literature and respect the characteristics that show the role of nurses in the use of herbal medicine as a complementary practice in primary care. The methodology was characterized by searches in the Latin American and Caribbean Health Sciences Literature (LILACS), Nursing Database (BDENF), International Literature on Health Sciences (MEDLINE) and Google Scholar databases from 2012-2019. In the LILACS, MEDLINE and BDENF databases, there were 36 studies that analyzed less than one descriptor, Portuguese language, abstract availability and full text online. From these were excluded studies that diverged from the objective and repeated, and two studies were selected. In the Google Scholar database, 13 studies were selected. Exclusion requirements were repeated and non-related articles, where 11 articles address the theme. It was highlighted in this study as difficulties and actions experienced by nursing professionals, ranging from planning issues, which directly impact patient care, to an education of the population about the correct use of herbal medicines, and highlights the vulnerability of knowledge. scientific knowledge by professionals who need to encourage interest and consolidate information provided for a specialty.

12

Keywords: Phytotherapy. Nursing. Medicinal plants. Primary Health Care.

INTRODUÇÃO

Os fitoterápicos são substâncias de origem vegetal que, caso consumidos pelo ser humano, exercem ações terapêuticas. Do mesmo modo, são consideradas plantas medicinais todas as plantas, silvestres ou cultivadas, das quais são extraídas substâncias que são aproveitadas como recurso para prevenir, aliviar, curar e transformar um processo fisiológico normal ou patológico, ou ainda como fonte de fármacos e de seus precursores (CAVALCANTE; REIS, 2018).

O Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de seus princípios e diretrizes, acolhe a fitoterapia como recurso terapêutico integrativo e suplementar à saúde e goza de políticas públicas e normatizações específicas que visam institucionalizar tal ação. Com o desenrolar do Plano Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) em 2006, houve incorporação das práticas alternativas em saúde na perspectiva da

prevenção e promoção da saúde, com destaque na atenção primária, gerando ações racionais e a participação social (BRASIL, 2006).

Atualmente, há registro de 2.160 Unidades Básicas de Saúde que disponibilizam fitoterápicos ou plantas medicinais, sendo que 260 Unidades Básicas de Saúde (UBS) disponibilizam planta *in natura*, 188 a droga vegetal, 333 o fitoterápico manipulado e 1.647 UBS disponibilizam o fitoterápico industrializado. Também há indícios de que a Fitoterapia é praticada por 1.457 equipes de saúde e a Farmácia Viva está instalada em oitenta municípios. Sua apresentação pode ser como plantas frescas ou secas, xaropes, soluções, comprimidos, pomadas, géis e cremes (BRASIL, 2019). Dentre esses exemplares, são disponibilizados a Espinheira-santa (*Maytenusilicifolia*), Guaco (*Mikaniaglomerata*), Alcachofra (*Cynarascolymus*), Aroeira (*Myracrodruonurundeuva*), Unha-de-gato (*Uncaria tomentosa*), Babosa (*Aloe vera*) e vários outros. Tais recursos costumam ser utilizados com indicação de profissionais devidamente qualificados em casos de alívio de sintomas e de curto prazo (BRASIL, 2013). Já na ANVISA, de acordo com a última publicação, existem 432 fitoterápicos simples e outros 80 compostos registrados (BRASIL, 2014).

13

O enfermeiro tem como atribuição, segundo o artº 3º da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, a prescrição da assistência de enfermagem. Conforme a resolução do COFEN nº 358/2009, cabe a ele, a implementação da Sistematização de Assistência de Enfermagem (SAE) dentro da atenção básica, seguindo as cinco etapas, são elas: coleta de dados ou histórico de enfermagem, diagnóstico de enfermagem, planejamento de enfermagem, implementação e avaliação de enfermagem. Dessa maneira, o profissional que dispõe de métodos fitoterápicos como tratamento complementar tem a sua disposição mais um instrumento para colocar em prática todas as etapas da SAE (CAVALCANTE; REIS, 2018).

Vale ressaltar a existência de resoluções que permitem, caso seguido os padrões pré-estabelecidos, o profissional de Enfermagem prescreva fitoterápicos, considerando a Resolução COFEN nº 197 de 1997 que estabelece e reconhece as Terapias Alternativas como especialidade e/ou qualificação do profissional de Enfermagem (BRASIL, 1997) e a Resolução COFEN nº 389 de 2011, que atualiza no âmbito do sistema COFEN/Conselhos Regionais os procedimentos para registro de título de pós-graduação Lato Sensu concedido a enfermeiros e lista as especialidades, dentre eles a de Enfermagem em Saúde Complementar e Enfermagem em Terapias

Holísticas Complementares (BRASIL, 2011). A questão norteadora desta revisão foi: Qual o papel do enfermeiro no uso da fitoterapia como prática complementar na atenção primária em saúde?

Diante desta abordagem, o objetivo desta pesquisa foi realizar um levantamento da literatura científica sobre o papel do enfermeiro no uso da fitoterapia como prática complementar na atenção primária em saúde.

METODOLOGIA

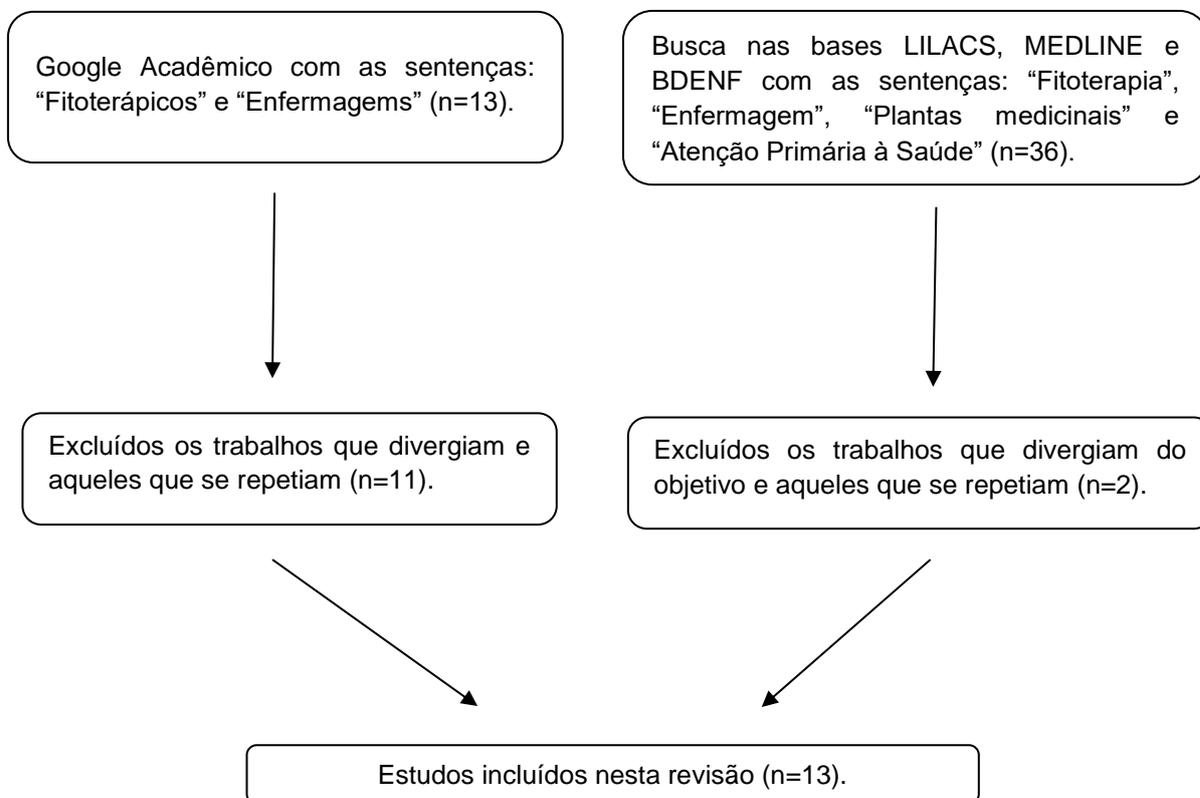
A revisão bibliográfica foi desenvolvida por meio de pesquisas nas bases de dados indexadas: Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF), Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE) e Google Acadêmico. Ao fazer uso dessas bases, procurou-se expandir o campo da pesquisa, minimizando prováveis vieses no processo de elaboração da revisão.

A produção dos dados ocorreu com o levantamento dos artigos nas bases de dados virtuais. Para critério de busca foram utilizados os termos estabelecidos pelos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), como “Fitoterapia”, “Enfermagem”, “Plantas medicinais” e “Atenção Primária à Saúde”.

A metodologia foi caracterizada por pesquisas nas bases de dados Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF), Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE) e Google Acadêmico no período de 2012-2019. Nas bases de dados LILACS, MEDLINE e BDENF, foram identificados 36 estudos que apresentaram ao menos um dos descritores, língua portuguesa, disponibilidade do resumo e texto completo on-line. Desses foram excluídos os trabalhos que divergiam do objetivo e que se repetiam, sendo selecionados dois estudos. Na base de dados do Google Acadêmico, foram selecionados 13 estudos. Os critérios de exclusão foram os artigos repetidos e os não relacionados ao tema, onde 11 artigos atenderam à temática.

A amostra foi composta por 13 trabalhos disponíveis, de acordo com o fluxograma que segue.

Figura 1 - Diagrama do processo de inclusão e exclusão de todos os estudos da presente revisão bibliográfica



15

DESENVOLVIMENTO

Com a análise e discussão dos resultados um quadro foi desenvolvido para demonstrar as abordagens específicas e os resultados que condiziam com o estudo realizado e comparamos com os artigos desta pesquisa.

Quadro 1 - Tabela para organização dos estudos

ÁREAS DE ATUAÇÃO	QUANTIDADE DE ARTIGOS
Planejamento com fitoterápico	4
Assistência com fitoterápico (Complementar e/ou exclusiva)	6
Formação obrigatória ou conhecimento científico	11
Autonomia do enfermeiro para prescrição	4
Danos/ reações adversas causadas pelos fitoterápicos	1
Educação populacional	3

Dos artigos analisados, quatro destacam o planejamento como parte fundamental no momento de prescrever fitoterápicos (CAVALCANTE; REIS, 2018; NASCIMENTO JUNIOR *et al.*, 2016; SANTOS; TRINDADE, 2017; SOUZA *et al.*, 2016). Ele é o estabelecimento de resultados através de uma prescrição e garante um cuidado como um todo ao paciente, evita erros e traz segurança ao profissional para aplicar determinada técnica, de maneira a ser priorização dos diagnósticos de enfermagem encontrados. A fitoterapia deve ter planejamento para evitar agravos ao paciente, com tratamento que não condiz com sua necessidade, até mesmo por excesso ou por tratamento ineficaz. Um planejamento incoerente com o processo de saúde e doença traz a piora do quadro clínico e concomitantemente novos sintomas ao cliente. A falta desta ação impacta diretamente no cuidado ao paciente e dentre os possíveis danos associados, os mais comuns segundo Dias *et al.* (2017), seriam as interações medicamentosas.

Segundo as pesquisas realizadas, seis artigos citam a fitoterapia como tratamento complementar ou exclusivo dentro da atenção primária (CAVALCANTE; REIS, 2018; FERREIRA *et al.*, 2019; NASCIMENTO JUNIOR *et al.*, 2016; SANTOS; TRINDADE, 2017; SOARES *et al.*, 2018; SOUZA *et al.*, 2016). De acordo com o estudo de Soares *et al.* (2018), onde uma pesquisa realizada no município de Viçosa no Ceará com 12 profissionais de saúde, sendo 6 enfermeiros, todos referem prescrever fitoterápicos, com muita ou média frequência, variando desde cápsulas de maracujá até elixir de aroeira. Esses artigos sugerem que há uma redução nos custos com medicamentos e que tiveram uma aceitação positiva da população por ser mais acessível.

Dentre os estudos selecionados, 11 artigos sustentam que os profissionais não tinham a formação obrigatória ou o conhecimento científico necessário para a prescrição de tratamento com fitoterápicos (BADKE *et al.*, 2017; CAVALCANTE; REIS, 2018; CORREA; SOARES; BAISCH, 2018; DIAS *et al.*, 2017; FERREIRA *et al.*, 2019; GADELHA *et al.*, 2015; GOES; SILVA; CASTRO, 2019; MENDES, 2019; NASCIMENTO JUNIOR *et al.*, 2016; OLIVEIRA *et al.*, 2017; SANTOS; TRINDADE, 2017). No estudo de Badke *et al.* (2017) é descrito claramente que a fitoterapia é apenas mencionada durante o processo de formação acadêmica, onde o conhecimento dos próprios graduandos normalmente se dava por exposições familiares e conhecimento popular. No estudo de Correa, Soares e Baisch (2018)

realizado com 156 acadêmicos de enfermagem, 98,1% dos entrevistados desconhecia o PNPIC e a PNPMF, porém, consideram favorável a implantação de disciplina curricular sobre o tema. Trata-se de um tratamento que deve ser realizado por profissionais capacitados e devidamente regularizados, porém há um desfalque no ensino na graduação e na atualização sobre a técnica e as orientações quanto a capacitação obrigatória do profissional.

O profissional enfermeiro possui, segundo as resoluções 197 de 1997 e 389 de 2011, a autonomia e respaldo para a prescrição de fitoterápicos. Porém, de acordo com os resultados obtidos em quatro artigos, notou-se que parte dos profissionais da área desconhece estas políticas por diversos fatores, que vão desde a falta de conhecimento sobre as práticas integrativas e complementares até a própria ausência de interesse dos gestores em apoiar e implementar tais regimes (OLIVEIRA *et al.*, 2017; SANTOS; TRINDADE, 2017; SOARES *et al.*, 2018; SOUZA *et al.*, 2016). Averiguou-se que os fitoterápicos são relevantes na atenção primária, no entanto requerem maior aplicação e competência profissional para amplificar os proveitos à população. No estudo de Souza *et al.* (2016), uma pesquisa foi realizada com 21 enfermeiros em 21 municípios do Rio Grande do Sul com o intuito de conhecer a percepção dos profissionais sobre a PNPMF, onde apenas 22% (aproximadamente 4 pessoas) dos entrevistados afirmaram já ter participado de alguma atividade relacionada ao tema.

Dos artigos seletos, apenas o trabalho de Dias *et al.* (2017) discute sobre danos/reações adversas que o fitoterápico pode trazer quando administrado de forma inadequada. Eles costumam ser aproveitados como forma popular de autocuidado. Contudo, é rotineiro por parte dos pacientes não relatar aos profissionais de saúde sobre sua utilização, assim como não é costume indagar os pacientes sobre o uso desses produtos. Dentre os principais eventos adversos, se destacam a hipoglicemia, os distúrbios eletrolíticos e casos de hepatotoxicidade. As inter-relações farmacológicas entre medicamentos alopáticos e fitoterápicos podem causar notórias modificações nas concentrações plasmáticas dos medicamentos e, por conseguinte, variações em seus perfis de efetividade. Com isso, interações entre medicamentos e fitoterápicos podem ocorrer e proporcionar riscos ao paciente, além de afetarem a eficácia do tratamento convencional. Logo, para que exista a aplicabilidade conexa da fitoterapia como terapêutica complementar, essa deve ser sugerida por um

profissional de saúde com domínio na área, com o intuito de propiciar uma assistência mais estável e de qualidade.

Foi destacado em três artigos o interesse da população em se envolver com o ensinamento sobre fitoterápicos, referindo boa aceitação a iniciativa de dispor uma farmácia que contenha plantas medicinais por parte do SUS (FERREIRA *et al.*, 2019; GADELHA *et al.*, 2015; GOES; SILVA; CASTRO, 2019). Tais afirmações ficam evidentes no trabalho de Gadelha *et al.* (2015) e Goes *et al.* (2019), onde referem que principalmente as populações de baixo poder monetário não só utilizam com maior frequência devido ao alto custo dos medicamentos alopáticos, como também às cultivam em seu próprio terreno, possuem maior confiança por serem naturais e também possuem um vínculo cultural com seu uso. No entanto, é notório evidenciar que deve haver consenso por parte do usuário e do prestador. A preservação da saúde da população deve ser considerada com sobriedade, portanto, a terapêutica empregada deve propiciar a melhora do enfermo ou reduzir o dano provocado pela moléstia que lhe remete, sendo assim, a fitoterapia deve ser encarada como opção de terapêutica ou integrante a ela, ininterruptamente analisando o âmbito de cada paciente.

18

CONCLUSÃO

O conhecimento e aperfeiçoamento sobre fitoterápicos têm a maior influência dentro da atenção primária em saúde. Sendo cientificamente comprovada e testada, os profissionais de saúde podem utilizar como práticas complementares, reduzindo custos e proporcionando um tratamento mais acessível.

É fundamental manter-se atualizado em qualquer que seja a área de atuação para ter uma capacidade de se manter profissionalmente à frente. Frente a este resultado, destacam-se as instituições de ensino e os enfermeiros como sendo os instigadores de atualizações em questão da interação de plantas medicinais. Logo, o profissional que utiliza dos meios conhecidos, disponíveis e corretos para um tratamento, é tido como destaque. Para tal, é necessário conhecer as técnicas de trabalho, metodologias e processos atuais, bem como as teorias que vêm sendo criadas e comprovadas com as pesquisas acadêmicas e as legislações e

regulamentações que as regem, movimentando-se para conquistar um constante crescimento e aperfeiçoamento sobre fitoterápicos.

Notou-se que o profissional enfermeiro vivencia em sua rotina diversas dificuldades na implementação e manutenção da fitoterapia que vão desde questões de planejamento, que impacta diretamente no cuidado ao paciente, até a educação da população sobre o uso correto dos fitoterápicos concomitantemente ao uso de medicamentos alopáticos. Compete aos profissionais da área da saúde, especialmente os enfermeiros por estarem a frente das unidades básicas, nortear os usuários quanto ao uso descomedido de plantas e esclarecer as dúvidas da população quanto ao uso correto. Para tal fim, é imprescindível uma modificação da estrutura curricular da atual formação em saúde, que no geral reluta em relação aos conteúdos programáticos e às práticas alternativas em saúde e buscar por atualizações do saber técnico-científico mesmo após a graduação à fim de prestar os cuidados de maneira segura e efetiva.

19

REFERÊNCIAS

BADKE, M.R. et al. O conhecimento de discentes de enfermagem sobre uso de plantas medicinais como terapia complementar. **RevFundCare Online**, v. 9, n. 2, p. 459-465, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2017.v9i2.459-465>.

BRASIL. Decreto nº 5.813. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jun. 2006.

BRASIL. Instrução Normativa n. 2, de 13 de maio de 2014. Publica a “Lista de medicamentos fitoterápicos de registro simplificado” e a “Lista de produtos tradicionais fitoterápicos de registro simplificado”. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 14 maio 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 maio 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS**: PNPIC-SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plantas medicinais e fitoterápicos no SUS**. 2019. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/programa-nacional-de-plantas-medicinais-e-fitoterapicos-ppnmpf/plantas-medicinais-e-fitoterapicos-no-sus>. Acesso em: 27 nov. 2019.

BRASIL Ministério da Saúde. **SUS oferece fitoterápicos como alternativa de tratamento**. 2013. Disponível em: <http://www.blog.saude.gov.br/31437-sus-oferece-fitoterapicos-como-alternativa-de-tratamento.html>. Acesso em: 26 nov. 2019.

BRASIL. **Resolução COFEN nº 197 de 1997**. Estabelece e reconhece as Terapias Alternativas (Acupuntura, Iridologia, Fitoterapia, Reflexologia, Quiropraxia, Massoterapia, dentre outras) como especialidade e/ou qualificação do profissional de Enfermagem. Disponível em: <http://www.portalcofen.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. **Resolução COFEN nº 389 de 2011**. Atualiza no âmbito do sistema COFEN/Conselhos Regionais os procedimentos para registro de título de pós-graduação Lato-Stricto Sensu concedido a enfermeiros e lista as especialidades, dentre eles a de Enfermagem em Saúde Complementar e Enfermagem em Terapias Holísticas Complementares. Disponível em: <http://www.portalcofen.gov.br>. Acesso em: 24 ago. 2018.

CAVALCANTE, D.U.L.; REIS, M.C.G. **Fitoterapia**: regulamentação e utilização pela Enfermagem. Brasília, DF, v.1, nº 1, jan./ jul. 2018.

CORREA, N.; SOARES, M.C.F; BAISCH, A.L.M. Conhecimento do tema plantas medicinais e fitoterápicos como instrumento tecnológico na formação dos acadêmicos de enfermagem. **Vittalle**, Rio Grande do Sul, v. 30, n. 2, p. 38-46, 2018.

DIAS, E.C.M. *et al.* Uso de fitoterápicos e potenciais riscos de interações medicamentosas: reflexões para prática segura. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Bahia, v. 41, n. 2, p. 297-307 abr./jun. 2017.

FERREIRA, E.T. *et al.* A utilização de plantas medicinais e fitoterápicos: uma revisão integrativa sobre a atuação do enfermeiro. **Braz. J. Hea. Rev.**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 1511-1523, maio/ jun. 2019.

GADELHA, C.S. *et al.* Utilização de medicamentos fitoterápicos e plantas medicinais em diferentes segmentos da sociedade. **Revista Verde**, Pombal – PB, v. 10, n.3, p. 01-15, jul./set. 2015.

GOES, A.C.C.; SILVA, L.S.L.; CASTRO, N.J.C. Uso de plantas medicinais e fitoterápicos: saberes e atos na atenção primária a saúde. **Rev. Aten. Saúde**, São Caetano do Sul, v. 17, n. 59, p. 53-61, jan./mar. 2019.

MENDES, E.E. A fitoterapia na atenção primária à saúde: a visão da enfermagem em uma cidade mineira. In: Seminário de iniciação científica FAPEMIG, I., 2019, Itajubá. **Anais [...]**. Itajubá: FWB, 2019.

NASCIMENTO JUNIOR, B.J. *et al.* Avaliação do conhecimento e percepção dos profissionais da estratégia de saúde da família sobre o uso de plantas medicinais e fitoterapia em Petrolina-PE, Brasil. **Rev. bras. plantas med.** [online], v.18, n.1, p. 57-66, 2016.

OLIVEIRA, A.F.P. *et al.* Fitoterapia na atenção básica: estudo com profissionais enfermeiros. **Rev. Fund. Care Online**, v. 9, n. 2, p 480-487, abr./jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2016.v9i2.480-487>.

SANTOS, V.P.; TRINDADE, L.M.P. A enfermagem no uso das plantas medicinais e da fitoterapia com ênfase na saúde pública. **Revista Científica FacMais**, [S.l.], v. 8, n. 1, 2017.

SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: UFSC; 2005.

SOARES, A.A.P. *et al.* Aceitação de fitoterápicos por prescritores da atenção primária a saúde. **SANARE**, Sobral,- v. 17 n. 02, p. 40-48, jul./ dez. 2018.

SOUZA, A.D.Z. *et al.* O Processo de trabalho dos enfermeiros da atenção primária e a política nacional de plantas medicinais. **Rev. Bras. PI. Med.**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 480-487, 2016.